**Educação como gestão da pobreza: um projeto neoliberal**

Filipe Cavalcanti Madeira; PPGEDU/FFP/UERJ

**Resumo:**

O empreendedorismo vem se constituindo como componente central na educação do século XXI, impulsionado pelas últimas reformas educacionais, como o "novo" Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O empreendedorismo passa a ganhar cada vez mais capilaridade, em meio das reformas educacionais implementadas pela SEEDUC-RJ na última década. Trata-se de um recorte dos resultados da pesquisa de dissertação de mestrado vinculada ao PPGEDU/FFP/UERJ. Sob a perspectiva do materialismo histórico e apoiando-se na metodologia qualitativa, o objetivo deste trabalho é analisar as concepções dos docentes da rede sobre o empreendedorismo. Os dados levantados indicam que apesar do empreendedorismo constituir-se como um conceito em disputa, a apropriação deste conceito pelos docentes tem se manifestado em sua forma pseudoconcreta, não alcançando reflexões ou questionamentos sobre os aspectos estruturais do sistema capitalista e seus impactos nas relações de trabalho contemporâneas.

**Palavras-chave:** empreendedorismo; empreendedorismo social; ensino médio; reformas educacionais;

A reforma do Ensino Médio, promulgada pela Lei nº 13.415/2017, tem sido um tópico de grande relevância no meio acadêmico, nas escolas e na sociedade em geral, ganhando ampla visibilidade através dos meios de comunicação. A Lei têm sido objeto de intensos debates a respeito do seu fomento e finalidades entre membros da comunidade científica, estudantes, professores e suas entidades representativas. Entre os pontos de controvérsia estão a “nova” organização curricular, a exclusão ou diminuição de disciplinas, o aumento da carga horária escolar, a falsa promessa de educação integral e o favorecimento de parcerias público-privadas. As agências internacionais multilaterais e o setor empresarial, principais defensores da atual proposta implementada, justificam a maneira arbitrária com que a reforma foi instituída - através da Medida Provisória nº 746/2016 – como parte de uma estratégia para elevar e corrigir as distorções resultantes dos baixos índices alcançados nas avaliações de larga escala (nacionais e internacionais), altos índices de reprovação e evasão escolar e uma formação alinhada às demandas e desafios do século XXI. Através do discurso em torno do tripé da eficiência, efetividade e produtividade, os intelectuais orgânicos do capital presentes em institutos e fundações que atuam como braço social do setor empresarial, ocultam a dimensão estratégica da educação para a consolidação do projeto político e econômico ultraconservador, que passa a ganhar contornos mais amplos no país desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.487/2017) e a Emenda Constitucional 95/2016, ambas instituídas no governo Michel Temer (2016-2018) refletem o contexto nacional de severos ajustes fiscais orientados pelos organismos multilaterais e agentes financiadores que defendem a redução dos investimentos públicos em políticas sociais diante de um panorama de significativas mudanças provocadas pela reestruturação produtiva das bases de acumulação capitalista e do avanço na disputa do fundo público destinado a educação pelo setor empresarial.

Em 2022, inicia-se o processo de implementação, a nível nacional, da atual reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017. Apesar de ter sido umas das últimas Unidades da Federação a implementar a referida Lei, já vinham sendo implementadas em algumas escolas estaduais, diversas modalidades de Ensino Médio com matrizes curriculares elaboradas através de parcerias com o setor privado. A partir de 2007, na gestão do então governador Sérgio Cabral, o gerenciamento pedagógico e as políticas públicas educacionais do Rio de Janeiro estarão cada vez mais alinhadas à concepção do empresariado com o propósito de formar os sujeitos que serão demandados pelo século XXI. Dentre as modalidades de Ensino Médio ofertadas pela SEEDUC-RJ, destacamos o Ensino Médio de Tempo Integral com Ênfase em Empreendedorismo aplicado ao Mundo do Trabalho, doravante chamado de EMTI em Empreendedorismo, instituído pela Resolução 5.508/2017, em parceria com o SEBRAE.

O empreendedorismo tem sido amplamente promovido como a solução para os desafios econômicos e sociais da atualidade. No entanto, uma leitura crítica desse fenômeno sugere que ele não apenas busca a formação, mas também a conformação do trabalhador a condições de trabalho e de vida cada vez mais precarizadas e sem direitos.

O discurso do empreendedorismo enfatiza a autonomia, a inovação e a criação de valores que possibilitem caminhos para o sucesso econômico e a realização pessoal. No entanto, tal discurso não toma em consideração a dinâmica das relações do modo de produção capitalista, especialmente seus aspectos estruturantes. A defesa do empreendedorismo como a norma desejada para o trabalho e para a vida pode levar à aceitação de condições de trabalho precárias como a norma. Isso pode incluir longas horas de trabalho, falta de segurança no emprego, falta de benefícios e proteções trabalhistas e a necessidade de assumir riscos financeiros significativos. Além disso, o foco no indivíduo como o principal motor de sucesso ou fracasso, além do constante estímulo à competição reforçam os princípios normativos do mercado, portanto aprofundam a desigualdade social.

Para entender como tal fenômeno se manifesta no “chão da escola”, realizamos a aplicação de um questionário aberto e uma roda de conversa com docentes que atuam em duas escolas na rede estadual de educação do Rio de Janeiro que ofertam o EMTI em Empreendedorismo no município do Maricá. Para atender os fins analíticos, utilizamos uma abordagem qualitativa orientada pelo método do materialismo histórico-dialético. As reflexões apresentadas são provenientes da pesquisa realizada em 2023 pelo PPGEDU/FFP/UERJ.

Os docentes participantes da pesquisa apresentaram concepções divergentes em relação à formação em empreendedorismo. Para 15 participantes (68%), o empreendedorismo é uma boa oportunidade dos jovens se inserirem no mercado de trabalho, enquanto para 7 (32%), não se deve naturalizar as contradições do sistema capitalista e a precarização das relações de trabalho.

Os que consideram a formação em empreendedorismo “uma boa oportunidade para os jovens” ressaltam também que “o empreendedorismo ajuda até mesmo a equilibrar o mercado, alocando uma parte da mão de obra em pequenos negócios. É um movimento interessante para qualquer país, mas principalmente para os que estão em desenvolvimento” (Tânia 2023). Nessa mesma direção, consideram que “os alunos de empreendedorismo passam a ter uma visão ‘macro’ dos processos da cadeia capitalista. Ficam mais conscientes em relação a isso” (Aline, 2023).

Outros docentes afirmaram que o estímulo ao empreendedorismo pode ser “algo interessante” para um determinado qual grupo de jovens, principalmente para os que não possuem boas condições socioeconômicas ou não desejam ingressar no ensino superior. Argumentam que para esse grupo de jovens a formação em empreendedorismo possibilitará maiores condições de inserção profissional por priorizar as competências requeridas pelo mercado de trabalho e difundir a meritocracia. Diante da redução dos postos de trabalho regulado e do aumento do desemprego estrutural, “o empreendedorismo é a forma viável de preparar os jovens que não pretendem dar continuidade aos estudos para o ingresso no mercado de trabalho” (Tânia, 2023). Assim como ocorre na sociedade, ao analisarmos a concepção dos professores sobre o empreendedorismo, constatamos uma disputa de sentidos em torno do conceito.

 Chegamos ao ponto de 10 docentes (45%), aludirem positivamente a perspectiva do empreendedorismo social como uma nova forma de pensar e solucionar os problemas sociais, que deve ser ampliada para além do âmbito empresarial, e também ser direcionada para promover impactos sociais e comunitários. Por isso, para alguns docentes,

A primeira coisa que precisamos compreender é a perspectiva do que é empreendedorismo. Tem muita gente que acha que o empreendedorismo está relacionado somente à questão trabalhista [..], mas está também totalmente relacionado ao trabalho socioemocional, de você aprender a posição do outro e a compreensão da realidade que vive (Ricardo, 2022).

Incentivar adolescentes e jovens a empreenderem é importante, pois ajuda no protagonismo do ser social. Visto que é necessário estimular os estudantes a planejarem seu futuro, isto é, pensar e refletir a longo prazo. Entretanto, o foco também deveria estar voltado para como o estudante deva ser um agente social responsável e participativo na política do Brasil (Valentina, 2022).

Se não se limitar em tentar ensinar formas de se abrir negócios, tem potencial para abrir possibilidades de práticas para um novo olhar mais criativo sobre a solução de problemas (Fernando, 2022).

A escola possui papel central na difusão dos princípios educativos em torno do desenvolvimento de competências e habilidades que potencializam o espírito empreendedor. A expansão da norma neoliberal exige o modelamento de comportamentos e a captura de subjetividades a partir dos pressupostos oriundos do mercado, tornando imperativo o deslocamento da lógica do mercado via empreendedorismo para outros campos da sociedade. Uma dessas variações é o empreendedorismo social que se apresenta como uma forma de provocar impactos sociais, de colaborar para promover o desenvolvimento e solucionar problemas comunitários e da sociedade. Não se trata de um empreendedorismo voltado para os negócios e o mercado, mas direcionado para os segmentos populacionais mais vulneráveis sem garantia de direitos e que não conseguem garantir sua empregabilidade, se apresentando como uma “alternativa” que parte dos próprios indivíduos ou de associações comunitárias que buscam a resolução de problemas, e que prezam pela inclusão social e responsabilidade atribuídas às organizações da sociedade civil. (Melo Neto e Froes, 2002). Através do fomento de ambas as vertentes do empreendedorismo - empresarial e social - nos currículos escolares em todo país, a educação passa a cumprir “um papel sujo”, pois atua para (con)formar a juventude pobre brasileira diante da lógica destrutiva da precarização das condições de existência das novas formas flexíveis de trabalho. (Catini, 2019).

 Diante da precarização das condições de existência e esvaziamento intelectual e político do trabalho docente, as concepções ideológicas disseminadas pelos aparelhos privados de hegemonia do capital conquistam cada vez mais consenso entre os docentes, que passam a reproduzir de maneira acrítica o pensamento neoliberal, em que sucesso e fracasso são determinados apenas por habilidades individuais. Essa é a realidade de muitos professores e professoras da rede estadual de educação do Rio de Janeiro, que estão sendo subordinados a um discurso único dirigido pelas organizações empresariais para a implementação e fomento de disciplinas e modalidades de Ensino Médio que enfatizam o empreendedorismo.

**Referências**

BARBOSA, C. S.; PARANHOS, M. O empreendedorismo como projeto de vida juvenil no ensino médio da rede estadual do Rio de Janeiro. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 01-27, 2023

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, n. 127, p. 53-68, 2020.

FERRAZ, J.; FERRAZ, D. Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico materialista. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 105-117, jan./fev. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.**Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

MADEIRA, F. C. O novo ensino médio e a formação omnilateral: concepções docentes sobre ensino médio em tempo integral com ênfase em empreendedorismo aplicado ao mundo do trabalho da rede estadual de educação do Rio de Janeiro. 2023. 120 f. **Dissertação (Mestrado em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais)** – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023

MELO NETO, P. F; FROES, C. **Empreendedorismo social:** a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Resolução Seeduc nº 5.508, de 01 de fevereiro de 2017**. Implanta Ensino Médio de Tempo Integral com Ênfase em empreendedorismo Aplicado ao Mundo do Trabalho, nas unidades escolares que menciona, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2017.